

Índice sistemático

<i>Prefácio</i>	17
-----------------------	----

Introdução

1. Teoria geral do processo

Unidade essencial da jurisdição — Labor científico na identificação dos princípios comuns e dos que são próprios a cada um dos ramos do direito processual — A lógica do direito processual	21
---	----

2. Uma visão política do processo

Da descrição histórica tradicional à concepção da dignidade do processo quando garantidor de direitos dos cidadãos em face do Estado.....	26
---	----

Capítulo 1

Noções gerais

3. O direito e a realização de valores

Norma jurídica e sociedade — O direito e os conflitos de interesses — Classificação dos interesses — O direito e seus valores constitutivos — Atitudes de estudo sob que se pode analisar a relação entre valores e direito.....	31
--	----

4. O valor da pessoa humana como fundamento do direito

Direito e realização de valores — Concepção formal de Stammler — O valor da pessoa humana como valor supremo do direito.....	35
--	----

5. A evolução do pensamento filosófico e o processo como instrumento dos direitos subjetivos

<i>5.1. A antiguidade greco-romana</i> Sócrates, Platão e Aristóteles — O gênio jurídico romano	37
<i>5.2. O cristianismo</i> Valorização da pessoa humana — Santo Agostinho — Santo Tomás — Origem divina do poder	39
<i>5.3. A Magna Carta e as Constituições de Federico II di Svevia</i> Conteúdo histórico e principiológico.....	41
<i>5.4. Do contratualismo às declarações de direitos</i> Mudança da fonte do Poder: de Deus para a própria sociedade — A efetivação das garantias nas primeiras declarações de direitos	44
<i>5.5. Época contemporânea</i> Incorporação das garantias nas Constituições modernas e na Declaração Universal dos Direitos do Homem	45
<i>5.6. Os direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal brasileira</i> Classificação: direitos materiais, garantias formais e garantias instrumentais — Concepção de Hans Kelsen	46

6. Direito material e direito processual

Sistemas de efetivação de direitos: autotutela, autocomposição e jurisdição — Outra concepção: sistema do arbítrio do detentor do poder e sistema de garantias do processo — O processo e a criação do direito — Doutrina unitária e dualista do ordenamento jurídico	48
---	----

7. Atividade legislativa, administrativa e jurisdicional: seu relacionamento

Descrição — Nota característica da jurisdição — A proibição da justiça pelas próprias mãos — Exceções — Jurisdição, processo e procedimento — Natureza jurídica do processo — Relacionamento entre poder administrativo e Judiciário: sistema do contencioso administrativo e da jurisdição única — Anulação e revogação do ato administrativo — Judiciário e defesa da Constituição — Jurisdição contenciosa e voluntária

53

8. O direito constitucional de ação e a tutela jurisdicional

Evolução histórica da oficialização da justiça — O direito de ação como garantia constitucional — Condições de exercício da ação: legitimidade para a causa, interesse processual e possibilidade jurídica do pedido — Condições da ação e mérito — Obrigatoriedade da jurisdição e as formas de tutela: de conhecimento, de execução e cautelar

60

9. As garantias constitucionais do processo

9.1. Garantias gerais

Conceito — Garantias da magistratura — Proibição de tribunais de exceção — O duplo grau de jurisdição — Exclusão do juiz impedido e suspeito — Sistema de apreciação da prova: persuasão racional — A publicidade — Crimes contra a distribuição da justiça

64

9.2. A garantia da coisa julgada

73

9.3. Os princípios constitucionais do processo penal

A ampla defesa — Instrução contraditória — Sistema acusatório — Clareza da acusação — Citação regular — Defesa técnica — A verdade real — Disciplina da prisão em flagrante e da fiança — Nota de culpa

76

9.4. Os princípios constitucionais do processo civil

Princípio da igualdade: o contraditório — Distribui-

ção das faculdades processuais — Exceção às facul- dades do contraditório.....	84
---	----

10. O direito processual civil

Conceito e campo de atuação — Os diversos ramos do di- reito processual — Conceito do direito processual civil — Aplicação por exclusão	87
---	----

11. O Código de Processo Civil

Notícia histórica do direito processual civil brasileiro: Orde- nações — Regulamento n. 737, Legislações estaduais, Có- digo de 1939, Código vigente — Estrutura do Código	89
--	----

12. Direito processual e organização judiciária

Fontes legais do direito processual — Competência estadu- al para a organização judiciária — Natureza das normas de organização judiciária — Seu conteúdo	91
---	----

Capítulo 2

Da ação

13. Conceito

Introdução: ação, jurisdição e processo — Evolução e com- preensão do conceito — Plano constitucional, plano pro- cessual do direito de ação — Outros significados do ter- mo “ação”	97
---	----

14. Condições da ação

<i>14.1. Legitimidade</i> Conceito — Legitimação ordinária — Legitimação extraordinária ou substituição processual — Tipos — Tratamento legal — Distinções em relação à re- presentação processual e à sucessão processual — Investigação quanto à legitimidade: exemplo	101
---	-----

<i>14.2. Interesse</i> Conceito — Distinção entre interesse processual e interesse material — Interesse necessidade, interes- se utilidade: exemplo	105
--	-----

14.3. Possibilidade jurídica do pedido	
Conceito — Questões controvertidas: exclusões expressas da ação, requisitos prévios à ação, possibilidade jurídica do pedido, fundamento jurídico do pedido e mérito	108
14.4. Carência da ação	
Conceito — Carência e improcedência da ação — Momentos de decretação da carência da ação — Consequências da decretação da carência.....	112
15. Elementos da ação	
Utilidade do instituto — Partes: conceito e qualificação; pedido: genérico e específico; causa de pedir: próxima e remota — Teorias da substanciação e individualização — Fundamento jurídico e fundamento legal — Aplicações práticas no processo	114
16. Classificação das ações	
Crítérios processuais: tipo de provimento e tipo de procedimento — Ações de conhecimento: declaratórias, constitutivas e condenatórias; ações de execução; ação cautelar — Quanto ao procedimento: ordinárias, sumárias e especiais	118

Capítulo 3

Das partes e dos procuradores

17. Da capacidade processual	
Pressuposto processual relativo às partes — Capacidade de ser parte: conceito, entidades sem personalidade jurídica — Capacidade de estar em juízo: conceito, representação do incapaz, da pessoa jurídica nacional e da estrangeira, da União, Estados e Municípios, do espólio, das sociedades sem personalidade jurídica — Atividade processual das pessoas casadas — Curador especial e curador à lide — Defeito de capacidade	129

18. Dos deveres das partes e dos seus procuradores

18.1. Dos deveres

Princípios éticos do processo — Deveres expressos
— Ética na linguagem 136

18.2. Da responsabilidade das partes por dano processual

Dano decorrente do processo — Litigante de má-fé 138

18.3. Das despesas e das multas, dos honorários de advogado

Princípio de sucumbência — Justiça gratuita — Forma de pagamento — Honorários de advogado na atuação em causa própria — Fixação dos honorários — Sua natureza — Honorários na jurisdição voluntária e nos casos de desistência, reconhecimento ou acordo — Multa por culpa do serventuário, membro do Ministério Público ou do juiz 139

19. Dos procuradores: o advogado

Capacidade postulatória — Advogado, estagiário, provisionado — Procuração: poderes gerais e especiais — Atuação sem advogado — Atos privativos de advogado — Atuação do estagiário e do provisionado — Sociedades de advogados — Poderes processuais do advogado no Código — Deveres estatutários do advogado — Direitos estatutários do advogado — Ratificação de atos praticados sem advogado, renúncia do mandato..... 144

20. Da substituição das partes e dos procuradores

Sucessão processual — Consequências da alienação da coisa ou direito litigioso — Sucessão a título universal: consequências processuais 147

21. Do litisconsórcio

21.1. Conceito

Pluralidade de partes 149

21.2. Classificações

Crítério quanto à posição processual, quanto ao tempo e quanto à obrigatoriedade..... 149

21.3.	<i>Litisconsórcio facultativo</i> Casos: por comunhão de direitos ou obrigações, pelo mesmo fundamento de fato ou de direito, por conexão e por afinidade de questões — Recusa ao litisconsórcio facultativo	150
21.4.	<i>Litisconsórcio necessário</i> Definição legal — Litisconsórcio unitário — Falta de identidade de conceito com o litisconsórcio necessário	153
21.5.	<i>Da intervenção iussu iudicis</i> Integração de litisconsortes necessários por ordem do juiz	155
21.6.	<i>Da atividade dos litisconsortes</i> Prejuízo ou benefício pela atividade do outro	156
22. Da intervenção de terceiros		
22.1.	<i>Ideias gerais</i> Dificuldades do tema — Considerações históricas — Casos de intervenção de terceiros — Princípio geral que regula a intervenção — Classificações ...	157
22.2.	<i>Da assistência</i> Figura no Código de 1939 — Assistência simples — Assistência litisconsorcial — Distinção em relação à intervenção litisconsorcial — Procedimento de ingresso do assistente — Atuação do assistente — Imutabilidade da sentença em relação ao assistente: <i>exceptio male gesti processus</i> — Qualidade de parte do assistente em função do conceito do termo parte	159
22.3.	<i>Da oposição</i> Conceito — Natureza — Momento — Procedimento	166
22.4.	<i>Da nomeação à autoria</i> Conceito — Alternativas decorrentes da nomeação — Distinção em relação à denúncia da lide no caso do art. 70, II	167

22.5. <i>Da denunciação da lide</i>	
Conceito — Procedimento — Alternativas decorrentes da denunciação — Sentido da “obrigatoriedade” da denunciação — Consequências da falta de denunciação — Extensão das hipóteses da denunciação: interpretação restritiva — Hipótese do direito de regresso do Estado (CF, art. 37, § 6º) — Conclusões	169
22.6. <i>Do chamamento ao processo</i>	
Conceito — Hipóteses — Finalidade — Cabimento do chamamento no processo de execução	180
22.7. <i>Da intervenção especial da União</i>	182

Capítulo 4

Do Ministério Público

23. Conceito

Origem — Representação anômala do Estado.....	187
---	-----

24. Funções, posições e atividades no processo civil

Classificação tradicional: parte, auxiliar da parte e fiscal da lei — Classificação segundo a natureza do interesse público defendido — Sistema do Código: atuação como parte, hipóteses; intervenção como fiscal da lei, hipóteses — Interpretação do art. 82, III — Obrigatoriedade de intervenção — Consequências da falta de intervenção — Responsabilidade civil do membro do Ministério Público	187
---	-----

25. Da organização do Ministério Público

Posição constitucional — Ministério Público Federal — Ministério Público dos Estados.....	192
---	-----

Capítulo 5

Da jurisdição e da competência

26. Jurisdição: conceito, atuação, princípios e limites

Conceito: poder, função e atividade — Princípios: inércia, indeclinabilidade, inevitabilidade, indelegabilidade — Característica essencial: substitutividade — Definitividade — Caráter nacional da jurisdição — Limitações à atuação da jurisdição: *a)* casos de atuação anômala de órgãos não jurisdicionais; *b)* imunidade diplomática; *c)* limites negativos da competência internacional; *d)* contencioso administrativo; *e)* convenção de arbitragem..... 199

27. Competência: conceito e critérios determinadores

Conceito — Critérios objetivos de determinação da competência; critério funcional: por graus de jurisdição, por fases do processo, por objeto do juízo 202

28. Competência internacional

Conceito — Sistemas de regulamentação da competência internacional: latino, germânico, anglo-americano e suíço — Pressupostos prévios do entendimento da competência internacional — Elementos de conexão do Código vigente (art. 88): domicílio do réu; local do cumprimento da obrigação; ato praticado ou fato ocorrido no Brasil — Empresa estrangeira com filial no Brasil — A competência do art. 88 é concorrente — Elementos de conexão do art. 89: ações relativas a imóvel situado no Brasil; inventário de bens imóveis situados no Brasil..... 206

29. Litispendência internacional

Conceito — Problemas — Pressupostos do problema — Exceção ou objeção de litispendência internacional — Solução teórica dos problemas — Prevalência do direito internacional — Conclusões 215

30. Competência interna

30.1. Introdução

Critérios doutrinários — Procedimento lógico para a determinação da competência 224

30.2. Competência funcional por graus de jurisdição

Competência originária do Supremo Tribunal Federal — Competência originária no Superior Tribunal de Justiça — Competência originária nas Constituições estaduais e no Código de Processo Civil 225

30.3. Competência das justiças especiais

Justiças especiais: Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho 228

30.4. Competência da Justiça Federal 229

30.5. Competência de foro ou territorial

O foro comum: domicílio do réu — Do foro nas causas em que a União for parte ou interveniente — Os foros especiais: da residência da mulher e do alimentando; da ação de anulação de títulos; da ação em que a pessoa jurídica for ré e das sociedades de fato; do local do cumprimento da obrigação; do local do ato ou fato nas ações de indenização — Foro facultativo nas ações de reparação de dano em razão de acidente de veículos — Foro da situação da coisa: natureza, amplitude 231

30.6. Competência de juízo: material, valor e distribuição

Normas de organização judiciária — Natureza da competência material de juízo — Juízos distritais — Juízes de investidura temporária 238

31. Das modificações da competência — competência absoluta e relativa

Competência absoluta e relativa: conceito, casos — Modificações da competência pela conexão e continência —

Conceito e consequências da conexão e continência — Competência funcional para a ação acessória, reconvenção, declaratória incidental, ações de garantia e relativas ao terceiro interveniente — Prejudicial penal — Derrogação da competência por convenção das partes e por falta de exceção declinatória de foro — Vícios de competência absoluta	240
32. Dos meios de declaração da incompetência	
Atribuição natural do juiz — Exceção de incompetência — Conflito de competência: natureza, espécies, procedimento — Conflito de atribuições	246
33. Da perpetuação da jurisdição	
Conceito — Alterações de direito relevantes	249
 Capítulo 6 Do juiz	
34. Investidura, garantias, organização da magistratura	
Órgão judicial: conceito, composição subjetiva — Supremo Tribunal Federal — Superior Tribunal de Justiça — Juízes federais de primeiro grau — Magistratura dos Estados: juízes de primeiro grau, tribunais, o quinto constitucional — Garantias da magistratura — Vitaliciedade: conceito; a perda do cargo — Inamovibilidade: conceito; remoção compulsória, disponibilidade — Irredutibilidade de vencimentos, conceito, limitações	253
35. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz	
Poderes relativos à condução do processo — Indeclinabilidade da jurisdição — Mecanismos de integração do direito — Jurisdição de direito e jurisdição de equidade — Princípio da iniciativa da parte — Princípios relativos à prova: produção e persuasão racional na apreciação —	

Princípio da identidade da pessoa física do juiz: conceito, limites — Responsabilidade pessoal do juiz no caso de dolo, fraude ou retardamento doloso — Responsabilidade do Estado por ato judicial	256
---	-----

36. Dos impedimentos e da suspeição

Imparcialidade: objetiva e subjetiva — Impedimento: casos, consequências — Suspeição: casos — Arguição do impedimento e suspeição — Extensão dos motivos de impedimento e suspeição ao Ministério Público, serventuários da Justiça, peritos, assistentes técnicos e intérpretes	264
--	-----

Capítulo 7

Dos auxiliares da justiça

37. Conceito

Auxiliares essenciais — Classificação dos auxiliares	271
--	-----

38. Dos serventuários e do oficial de justiça

Conceito — Atribuições	271
------------------------------	-----

39. Do perito, depositário, administrador, intérprete e outros

Conceito — Funções	273
--------------------------	-----

<i>Bibliografia</i>	275
---------------------------	-----

<i>Índice alfabético-remissivo</i>	283
--	-----

Vicente Greco Filho

DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO

VOLUME 2

Atos Processuais a Do cumprimento da Sentença

23ª Edição



2019
Florianópolis



Copyright© 2019 by Vicente Greco Filho

Editor Responsável: Aline Gostinski

Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

Imagem Capa: João Vitor Ferigato Choukr (7 anos). Ensaio sobre Monet. Óleo sobre tela. 2015.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

G829

Greco Filho, Vicente

Direito processual civil brasileiro, volume 2 : atos processuais a do cumprimento da sentença / Vicente Greco Filho. 23. ed. - Florianópolis : Tirant lo Blanch, 2019.
288p.

ISBN: 978-85-9477-329-6

1. Processo civil - Brasil. 2. Código de processo civil
3. Procuradores. I. Título.

CDU: 347.9(81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Av. Embaixador Abelardo Bueno, 1 - Barra da Tijuca

Dimension Office & Park, Ed. Lagoa 1, Salas 510D, 511D, 512D, 513D

Rio de Janeiro - RJ CEP: 22775-040

www.tirant.com.br - editora@tirant.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - DOS ATOS PROCESSUAIS.....	13
1. ASPECTOS GERAIS: CONCEITO; CLASSIFICAÇÃO	13
Atos e fatos processuais — Conceito e elementos — Classificação: critério subjetivo e critério objetivo — Princípios: tipicidade, publicidade e instrumentalidade das formas	
2. DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS	17
Conceito — Sistemas de regulamentação da forma — Consequências das violações de regras sobre a forma	
3. DA PRÁTICA ELETRÔNICA DOS ATOS E DO PROCESSO ELETRÔNICO (LEI 11.419/2006).....	20
4. DOS ATOS DA PARTE. ÔNUS PROCESSUAIS.	20
Ônus processual — Tipos de atos das partes	
5. DOS PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ.....	22
Conceitos: sentença, decisão e despacho	
6. DOS ATOS DO ESCRIVÃO OU DO CHEFE DE SECRETARIA.....	25
Atuação do escrivão	
7. DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS	25
Período do dia para a realização dos atos — Realização durante as férias — Local de realização	
8. DOS PRAZOS	27
8.1. ASPECTOS GERAIS	27
<i>Dies a quo e dies ad quem</i> — Unidades de tempo para a contagem de prazos — Casos de suspensão e interrupção de prazos	
8.2. CLASSIFICAÇÃO DOS PRAZOS.....	28
Classificação quanto à fonte — Prazos dilatórios e peremptórios — Prazos próprios e impróprios — Preclusão: temporal, consumativa e lógica	
8.3. DA CONTAGEM DOS PRAZOS EM DIAS	30
O começo do prazo — Regras sobre a contagem — Contagem regressiva de prazos	
8.4. REGRAS ESPECIAIS SOBRE OS PRAZOS.....	32
Privilégio da Fazenda Pública e do Ministério Público — Prazo para os litisconsortes com advogados diferentes — Prazos de anos e de horas	
8.5. DA VERIFICAÇÃO DOS PRAZOS E DAS PENALIDADES	34
O excesso de prazo e suas consequências	
9. DAS COMUNICAÇÕES DOS ATOS.....	34
9.1. DA CITAÇÃO E SUAS MODALIDADES	35
Conceito — Tipos de citação — Procedimento da citação por mandado — Citação do incapaz — Citação pelo correio — Citação com hora certa — Citação por edital	
9.2. DOS EFEITOS DA CITAÇÃO	40
Prevenção — Litispendência — Litigiosidade da coisa — Efeitos de diteito material: mora e interrupção da prescrição	
9.3. DAS CARTAS	42
Conceito — Aspectos gerais — Requisitos — Carta rogatória — Carta itinerante — Prazo de cumprimento	
9.4. DAS INTIMAÇÕES.....	43
Conceito — Modos de realização — Intimação eletrônica — Efeitos para a contagem de prazos — Intimação do Ministério Público	

10. DAS NULIDADES.....	46
Sanções pelo descumprimento das normas processuais — Regras próprias do processo	
10.1. CLASSIFICAÇÃO DAS VIOLAÇÕES DAS NORMAS RELATIVAS À FORMA ...	47
Atos inexistentes — Irregularidade — Nulidade absoluta — Nulidade relativa — Anulabilidade — Nulidade de atos e do processo	
10.2. PRINCÍPIOS E NORMAS RELATIVOS ÀS NULIDADES	49
Instrumentalidade — Causalidade e consequencialidade — Conservação dos atos processuais — Interesse de agir — Economia processual — Preclusão	
10.3. CONVALIDAÇÃO E SANAÇÃO DAS NULIDADES.....	51
Repetição — Retificação — Ratificação — Substituição — Nulidade e coisa julgada	
11. DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO.....	52
12. DO VALOR DA CAUSA	53
CAPÍTULO 2 - DA TUTELA PROVISÓRIA	55
13. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	55
14. DA TUTELA DE URGÊNCIA	56
14.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	56
14.2. DO PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE	57
14.3. DO PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE	58
15. DA TUTELA DA EVIDÊNCIA.....	68
CAPÍTULO 3 - DA FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	71
16. DA FORMAÇÃO DO PROCESSO.....	71
16.1. PROCESSO: CONCEITOS BÁSICOS.....	71
Unidade intrínseca do direito processual — Conceitos fundamentais do direito processual: jurisdição, ação e processo — Natureza do processo	
16.2. ESBOÇO HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PROCESSO.....	73
Direito romano — Medieval — Moderno — Tipos de tutela jurisdicional e de processo	
16.3. A RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL.....	76
Conceito — Configuração da relação processual — Características	
16.4. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	77
Pressupostos processuais objetivos — Pressupostos processuais subjetivos	
16.5. O OBJETO LITIGIOSO DO PROCESSO.....	78
Conceito — Individualização do objeto litigioso	
16.6. FORMAÇÃO DO PROCESSO E A INALTERABILIDADE DO PEDIDO.....	78
Fundamento da estabilização do processo — Confronto com o processo penal	
17. DA SUSPENSÃO DO PROCESSO	79
Causas de suspensão — Efeitos da suspensão — Morte da parte ou seu procurador — Convenção das partes — Suspensão por questão prejudicial — Força maior	
18. DA EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	83
CAPÍTULO 4 - DO PROCESSO DE CONHECIMENTO	85
19. CONCEITOS	85
Processo — Procedimento — Finalidade dos diversos tipos de processo	

20. PRINCÍPIOS DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO	86
Princípios deontológicos: lógico, jurídico, político, econômico — Princípios epistemológicos: bilateralidade da audiência ou contraditório, iniciativa de parte, impulso oficial, ordem consecutiva legal, prova formal e persuasão racional, oralidade e imediação, publicidade, lealdade processual, economia processual, pluralidade de graus de jurisdição	
21. TIPOS DE PROCEDIMENTO	90
Os vários procedimentos em cada tipo de processo — A escolha do procedimento e a adequação procedimental	
22. O PROCEDIMENTO COMUM.	91
Fases do procedimento comum: postulatória, do julgamento conforme o estado do processo, instrutória, decisória e de cumprimento	
CAPÍTULO 5 - DA PETIÇÃO INICIAL	93
23. DOS REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL	93
Conteúdo da inicial: juiz a que é dirigida, qualificação das partes, fato e fundamentos jurídicos do pedido, o pedido, o valor da causa, requerimento de provas, requerimento para citação — Documentos com a inicial	
24. DO PEDIDO	97
Pedido imediato e mediato — Requisitos do pedido — Pedido genérico — Pedido alternativo — Pedido subsidiário ou sucessivo — Cumulação de pedidos	
25. DO INDEFERIMENTO DA INICIAL.	100
Inépcia da inicial — Ilegitimidade de parte — Falta de interesse processual — Decadência ou prescrição — Erro na escolha do procedimento — Falta de indicação de dados relativos ao advogado — Natureza do ato do juiz que indefere a inicial e recurso cabível	
26. DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO	103
CAPÍTULO 6 - DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO.	105
27. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO	105
CAPÍTULO 7 - DA CONTESTAÇÃO	107
28. DA CONTESTAÇÃO.	107
Conceito — Princípio da eventualidade — Matéria de objeção: vício de citação, incompetência absoluta, inépcia da inicial, perempção, litispendência, coisa julgada, conexão, vício de representação, convenção de arbitragem, carência da ação, falta de requisito condicionante — Impugnação quanto ao mérito — Forma e conteúdo da contestação	
CAPÍTULO 8 - DA RECONVENÇÃO	113
29. DA RECONVENÇÃO	113
29.1. CONCEITO	113
Fundamento do instituto	
29.2. ORIGENS HISTÓRICAS DO INSTITUTO	114
Direito romano — Direito germânico — Direito comum — Ordenações — Direito brasileiro anterior	
29.3. CONFRONTO COM INSTITUTOS AFINS	115
Reconvenção e compensação — Reconvenção e exceção material — Reconvenção e ação declaratória incidental	
29.4. PRESSUPOSTOS DA RECONVENÇÃO	117

Legitimidade ad causam — Pressupostos processuais e regularidade procedimental — Oportunidade — Pendência da ação principal — Competência — Identidade de procedimento — Conexão	
29.5. HIPÓTESES DE EXCLUSÃO	121
Na ação dúplice — Na execução	
29.6. RECURSOS NA RECONVENÇÃO	121
Da sentença e das decisões — Natureza do ato que rejeita a reconvenção	
CAPÍTULO 9 - DA REVELIA	123
30. INTRODUÇÃO	123
Contumácia e revelia — Terminologia	
31. ESBOÇO HISTÓRICO E DE DIREITO COMPARADO	123
Direito romano — Direito germânico — Direito comum — Direito italiano — Direito alemão — Direito português — Direito das Ordenações — Direito brasileiro anterior	
32. SISTEMA ATUAL E EFEITOS DA REVELIA	125
Ocorrência da revelia — Presunção de veracidade e dispensa de intimação — Exclusão do efeito da revelia	
CAPÍTULO 10 - DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO	129
33. INTRODUÇÃO	129
Alternativas para o desenvolvimento procedimental	
34. NÃO INCIDÊNCIA DOS EFEITOS DA REVELIA	129
35. DO FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR	129
36. DAS ALEGAÇÕES DO RÉU	130
CAPÍTULO 11 - DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	131
37. INTRODUÇÃO	131
Bens jurídicos que influem na estruturação do processo — Tendência simplificadora	
38. ESBOÇO HISTÓRICO DA TENDÊNCIA SIMPLIFICADORA E DIREITO ESTRANGEIRO	132
Direito romano — Direito comum — Alemanha e Áustria — Direito inglês — Direito português — Direito brasileiro anterior	
39. PROBLEMA METODOLÓGICO. O TRINÔMIO: PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS, CONDIÇÕES DA AÇÃO E MÉRITO	136
Momentos naturais de apreciação das questões a eles relativas	
40. O JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO. HIPÓTESES.	137
40.1. DA EXTINÇÃO DO PROCESSO	137
40.2. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO	138
40.3. DO JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO	139
40.4. DO SANEAMENTO E DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO	140
CAPÍTULO 12 - DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	143
41. ASPECTOS GERAIS E PRINCÍPIO DA ORALIDADE	143

Atos escritos e orais — Presidência da audiência

42. DA CONCILIAÇÃO 144

Conceito — Atuação do juiz

43. DA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO 145

Adiamento da audiência — Ordem de atos na audiência — Debate oral —

Memoriais — Documentação da audiência

CAPÍTULO 13 - DAS PROVAS 147

44. TEORIA GERAL DA PROVA 147

44.1. INTRODUÇÃO 147

O direito e o fato

44.2. CONCEITO DE PROVA 147

Prova no processo — Classificação das provas

44.3. OBJETO DA PROVA 148

Fatos pertinentes, relevantes, controvertidos, não notórios — Prova do direito

44.4. MEIOS DE PROVA 150

Conceito e rol — Meios ilegítimos

44.5. ÔNUS DA PROVA 152

44.5.1. Introdução 152

Ônus da prova e poderes do juiz — Princípios

44.5.2. Esboço histórico e direito comparado 153

Direito romano — Direito germânico — Direito das Ordenações — Direito brasileiro anterior

44.5.3. Teorias modernas sobre o ônus da prova 154

Chiovenda — Carnelutti — Betti — Micheli

44.5.4. Ônus subjetivo e ônus objetivo 155

Distinção

44.5.5. Sistema legal brasileiro 155

Fatos constitutivos — Fatos impeditivos, modificativos e extintivos — Interesse na contraprova — Inversão contratual do ônus da prova

44.6. MOMENTOS DA PROVA 158

Requerimento — Deferimento — Produção

44.7. PRESUNÇÕES, INDÍCIOS, MÁXIMAS DE EXPERIÊNCIA 159

Conceitos de indícios e presunções — Tipos de presunções — Espécies de presunções legais — Regras da experiência comum e da experiência técnica — Conceito de máximas de experiência — Erro quanto à máxima de experiência

44.8. A APRECIACÃO OU VALORAÇÃO DA PROVA 162

Sistemas de apreciação da prova — Convicção íntima — Prova legal — Persuasão racional

44.9. NATUREZA JURÍDICA DAS NORMAS RELATIVAS À PROVA 165

Natureza de direito material ou direito processual

45. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA 166

46. ATA NOTARIAL 168

47. DEPOIMENTO PESSOAL 169

Interrogatório e depoimento pessoal propriamente dito — Diferenças — Momentos do depoimento pessoal — Finalidade — Produção

48. CONFISSÃO 171

Conceito — Valor — Características — Revogação — Confissão extrajudicial — Distinção em relação ao reconhecimento jurídico do pedido

49. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA 173

Espécies de pedido de exibição — Recusa em exhibir — Efeitos da recusa ilegítima — Procedimento da exibição

50. PROVA DOCUMENTAL	177
50.1. INTRODUÇÃO E CONCEITO	177
Documento e instrumento — Documento público e particular — Original e cópia — Autenticidade e veracidade	
50.2. DA FORÇA PROBANTE DOS DOCUMENTOS	178
Regras sobre os documentos públicos — Regras sobre os documentos particulares — Regras sobre os documentos especiais — Regras sobre cópias — Regras sobre a fé que emana dos documentos	
50.3. DA ARGUIÇÃO DE FALSIDADE	182
Meios de declaração da falsidade — Procedimento da declaração incidental — Falsidade material e ideológica	
50.4. DA PRODUÇÃO DA PROVA DOCUMENTAL	184
Juntada de documentos — Requisição pelo juiz	
51. DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	185
52. PROVA TESTEMUNHAL	186
52.1. CONCEITO	186
Características da testemunha — Incapazes de depor — Impedidos de depor — Suspeitos de depor — Escusa de depor	
52.2. ADMISSIBILIDADE E VALOR DA PROVA TESTEMUNHAL	187
Limitações à prova testemunhal	
52.3. MOMENTOS E PRODUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL	188
Momentos de regra — Momentos especiais — Testemunha referida — Procedimento do depoimento — Contradita — Acareação	
53. PROVA PERICIAL	192
53.1. INTRODUÇÃO E CONCEITO	192
Exame, vistoria e avaliação — Objeto da prova	
53.2. MOMENTOS DA PROVA PERICIAL. O PERITO	193
Requerimento — Nomeação do perito — Compromisso — Perito e assistentes técnicos — Quesitos — Elaboração do laudo — Segunda perícia — Pareceres	
54. INSPEÇÃO JUDICIAL	196
Conceito — Procedimento	
CAPÍTULO 14	
DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA	197
55. CONCEITO DE SENTENÇA	197
56. TIPOS DE SENTENÇA	197
56.1. INTRODUÇÃO	197
56.2. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO	198
56.3. DA RESOLUÇÃO DO MÉRITO	203
57. ELEMENTOS DA SENTENÇA	206
Relatório, fundamentação e dispositivo — Correlação pedido/ sentença.	
58. DAS EMENDAS À SENTENÇA	208
Erros materiais — Embargos de declaração — Cabimento — Procedimento.	
59. DOS EFEITOS DA SENTENÇA	211
Declaração, constituição e condenação — Hipoteca judiciária.	
59.1. DO CONTEÚDO DA SENTENÇA	211
59.2. DA INTERPRETAÇÃO DA SENTENÇA	213

60. DA REMESSA NECESSÁRIA.....	216
61. DO JULGAMENTO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E DE ENTREGAR COISA.....	217
62. DA DECLARAÇÃO DE VONTADE.....	218
63. DA COISA JULGADA.....	219
63.1. CONCEITO E NOÇÕES GERAIS.....	219
Teorias sobre a coisa julgada.	
63.2. COISA JULGADA FORMAL E COISA JULGADA MATERIAL.....	220
Esgotamento dos recursos — Imutabilidade — Sentenças que não fazem coisa julgada material — Reexame obrigatório.	
63.3. LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA.....	223
Pontos que não fazem coisa julgada — A questão prejudicial.	
63.4. LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA.....	224
Origem histórica do problema — Distinção entre efeitos da sentença e coisa julgada — Classificação de terceiros quanto aos efeitos das sentenças — Casos de extensão da coisa julgada a terceiros - A coisa julgada nas ações de estado - Origem histórica da questão — Dificuldades de interpretação.	
63.5. O EFEITO NEGATIVO DA COISA JULGADA E A TRÍPLICE IDENTIDADE ..	230
CAPÍTULO 15 - DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	233
64. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	233
Condenação genérica — Tipos de liquidação — Natureza das espécies de liquidação — Procedimento da liquidação por cálculo do credor, por arbitramento e por procedimento comum	
CAPÍTULO 16 - DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....	239
65. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	239
66. DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA.....	248
67. DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA.....	250
68. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS.....	256
69. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA.....	261
70. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA.....	270
70.1. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER OU DE NÃO FAZER.....	270
70.2. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA EXIGIBILIDADE DE ENTREGAR COISA.....	272
BIBLIOGRAFIA.....	275

Vicente Greco Filho

DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO

VOLUME 3

**Procedimentos Especiais do Código, Processo
de Execução, Recursos e Procedimentos
Especiais de Leis Extravagantes**

23ª Edição



**2019
Florianópolis**



Copyright© 2019 by Vicente Greco Filho

Editor Responsável: Aline Gostinski

Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

Imagem Capa: João Vitor Ferigato Choukr (7 anos). Ensaio sobre Monet. Óleo sobre tela. 2015.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Derechos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

G829

Greco Filho, Vicente

Direito processual civil brasileiro, volume 3:
procedimentos especiais do código, processo de
execução, recursos e procedimentos especiais de
leis extravagantes / Vicente Greco Filho. 23. ed. -
Florianópolis : Tirant lo Blanch, 2019
400p.

ISBN: 978-85-9477-331-9

1.Processo civil - Brasil. 2. Recursos 3. Execução.
I. Título.

CDU: 347.9(81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Av. Embaixador Abelardo Bueno, 1 - Barra da Tijuca

Dimension Office & Park, Ed. Lagoa 1, Salas 510D, 511D, 512D, 513D

Rio de Janeiro - RJ CEP: 22775-040

www.tirant.com.br - editora@tirant.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - TEORIA GERAL DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS ...	13
1. INTRODUÇÃO	13
Origens — Dificuldades	
2. TÉCNICAS LEGISLATIVAS DE CONSTRUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.	14
Influência do direito material — Modificações em comparação com o procedimento ordinário	
3. PRINCÍPIOS E ESPÉCIES DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	16
Aplicação subsidiária das regras do procedimento comum — Procedimentos especiais do Código e procedimentos especiais de jurisdição voluntária: sistemática legal	
CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CÓDIGO.....	17
4. DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	17
5. DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	20
6. DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS	22
6.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	22
6.2. DA MANUTENÇÃO E DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE.....	27
6.3. DO INTERDITO PROIBITÓRIO	30
7. DA AÇÃO DE DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES ...	30
7.1 DISPOSIÇÕES GERAIS	30
7.2. DA DEMARCAÇÃO	32
7.3 DA DIVISÃO	33
8. DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE	34
9. DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA	36
9.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	36
9.2. DA LEGITIMIDADE PARA REQUERER O INVENTÁRIO.....	38
9.3. DO INVENTARIANTE E DAS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES.....	39
9.4. DAS CITAÇÕES E DAS IMPUGNAÇÕES	41
9.5. DA AVALIAÇÃO E DO CÁLCULO DO IMPOSTO.....	42
9.6. DAS COLAÇÕES.....	42
9.7. DO PAGAMENTO DAS DÍVIDAS	43
9.8. DA PARTILHA.....	43
9.9. DO ARROLAMENTO.....	45
9.10.DISPOSIÇÕES COMUNS A TODAS AS SEÇÕES.....	46
10. DOS EMBARGOS DE TERCEIRO	46
11. DA OPOSIÇÃO	50
12. DA HABILITAÇÃO	51
13. DAS AÇÕES DE FAMÍLIA	52
14. DA AÇÃO MONITÓRIA	57

15. DA HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL	62
16. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	63
17. RESTAURAÇÃO DE AUTOS	64
CAPÍTULO 3 - DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA ..	65
18. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA ..	65
19. DISPOSIÇÕES GERAIS	67
20. DA NOTIFICAÇÃO E DA INTERPELAÇÃO	71
21. DA ALIENAÇÃO JUDICIAL	73
22. DO DIVÓRCIO E DA SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, DA EXTINÇÃO CONSENSUAL DA UNIÃO ESTÁVEL E DA ALTERAÇÃO DO REGIME DE BEM DO MATRIMÔNIO.	73
23. DOS TESTAMENTOS E DOS CODICILOS	74
23.1. DA ABERTURA, REGISTRO E CUMPRIMENTO	74
23.2. DA CONFIRMAÇÃO DOS TESTAMENTOS PARTICULAR E ESPECIAIS	75
23.3. DA EXECUÇÃO DOS TESTAMENTOS.	76
24. DA HERANÇA JACENTE	76
25. DOS BENS DE AUSENTES	77
26. DAS COISAS VAGAS	78
27. DA INTERDIÇÃO	78
28. DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E CURATELA	83
29. DA ORGANIZAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES	85
30. DA RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO	85
CAPÍTULO 4 - DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	87
31. DA EXECUÇÃO EM GERAL	87
31.1. INTRODUÇÃO	87
Cognição e execução – Conceito de execução – Aspectos gerais do Código e das execuções especiais – Colocações terminológicas	
31.2. ESBOÇO HISTÓRICO	89
Direito Romano, intermédio e comum – Direito das Ordenações e antecedentes legislativos brasileiros – Unidade da execução e evolução dos princípios do processo executivo – Execução Imprópria	
31.3. DISPOSIÇÕES GERAIS	92
Aplicação subsidiária das normas do processo de conhecimento – Poderes do juiz – Ato atentatório à dignidade da justiça – Utilização da força	
31.4. DAS PARTES	95
Legitimação ativa: quem pode promover a execução – Legitimação: contra quem deve ser proposta a execução – Assistência e litisconsórcio na execução – Cumulação de execuções	
31.5. DA COMPETÊNCIA	98
Natureza e regras sobre a competência – Competência na execução fiscal	

31.6. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO ..	99
31.6.1. Do Título Executivo	99
Características Gerais – Títulos previstos no Código e leis especiais	
31.6.2. Exigibilidade da Obrigação	105
Conceito e momento do inadimplemento – Obrigação condicionada	
31.7. DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	107
Responsabilidade ordinária ou primária – Responsabilidade sobre bens de terceiros –	
Defesa do terceiro – Fraude de execução: conceito e distinções – benefício de ordem	
do fiador	
31.8. DA EXECUÇÃO DEFINITIVA E PROVISÓRIA	114
Conceito e extensão das figuras	
32. DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	115
32.1. INTRODUÇÃO	115
Classificação das diversas espécies de execução e respectivas medidas executivas	
32.2. DISPOSIÇÕES GERAIS	116
Petição inicial – Ônus do credor – Efeitos da propositura – Obrigações Alternativas -	
Emenda da inicial — Nulidade da execução por vício do título, por falta de citação e	
por pendência de condição ou termo - Credor com direito real de garantia	
33. DA EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA	121
Execução para entrega de coisa fungível e infungível – Título adequado à execução	
– Procedimento de escolha da coisa – Imissão na posse ou busca e apreensão –	
Substituição da coisa pelo valor – Retenção por benfeitorias	
34. DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER ...	123
34.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	123
34.2. DA OBRIGAÇÃO DE FAZER	123
34.3. DA EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER	125
35. DA EXECUÇÃO POR QUANTIA	125
35.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	125
35.2. DA CITAÇÃO DO DEVEDOR E DO ARRESTO	126
35.3. DA PENHORA, DO DEPÓSITO E DA AVALIAÇÃO	127
35.3.1. Do objeto da Penhora	127
35.3.2. Da documentação da penhora, de seu registro e do depósito	131
35.3.3. Do lugar de realização da penhora	133
35.3.4. Das modificações da penhora	133
35.3.5. Da penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira	135
35.3.6. Da penhora de créditos	136
35.3.7. Da penhora das quotas ou das ações de sociedades personificadas	138
35.3.8. Da penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	138
35.3.9. Da penhora de percentual de faturamento de empresa	139
35.3.10. Da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	140
35.3.11. Da avaliação	141
35.4. DA EXPROPRIAÇÃO DE BENS	142
35.4.1. Da adjudicação	142
35.4.2. Da alienação	144
35.5. DA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO	152
36. DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	153
Situação especial dos bens públicos — Regulamentação constitucional — Título	
executivo na execução contra a Fazenda — Sequestro do credor preterido	

37. DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	163
Alternativas executivas colocadas à disposição do credor na execução de prestação alimentícia — Desconto em folha — Cominação de prisão — Descabimento de embargos do devedor em face dos meios executivos especiais	
38. DA EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA	164
Legislação Especial — Conceito de Fazenda Pública — Competência — Título executivo — Peculiaridades da execução especial	
39. DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE	167
39.1. ASPECTOS GERAIS	167
Colocação do instituto — Analogias com a falência	
39.2. DA CARACTERIZAÇÃO DA INSOLVÊNCIA	168
Conceito — Insolvência e insolvabilidade — Fatos denunciadores da insolvência — Impontualidade — Presunções relativas	
39.3. DAS PARTES DA INSOLVÊNCIA	170
Legitimidade ativa — Sujeito passivo — Caso específico de litisconsórcio passivo — Intervenção do Ministério Público	
39.4. EFEITOS DA DECLARAÇÃO DA INSOLVÊNCIA	172
Natureza da sentença — Efeitos materiais — Efeitos processuais	
39.5. PROCEDIMENTO DA INSOLVÊNCIA	173
39.5.1. Fases do procedimento	173
Fase postulatória e instrutória até a decretação — Fase da arrecadação e habilitação de créditos — Fase da verificação e classificação dos créditos — Fase da liquidação da massa e pagamento de credores	
39.5.2. Fase postulatória e instrutória até a decretação.	174
Conteúdo — Procedimento — Ônus da prova — Sentença — Efeitos da apelação — Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio	
39.5.3. Fase da arrecadação e da habilitação dos créditos. Do administrador	176
Administração da massa — Convocação dos credores — Arrecadação — Funções do administrador	
39.5.4. Fase da verificação e classificação dos créditos	178
Habilitações e impugnações — Sentença, apelação — Classificação de créditos: ordem de privilégios — Créditos excluídos do quadro geral — Aprovação do quadro geral, apelação	
39.5.5. Fase da liquidação da massa e pagamento dos credores	180
Praça ou leilão — Rateio — Sentença de encerramento	
39.6. DO SALDO DEVEDOR E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	181
Aquisição posterior de bens penhoráveis — Prescrição do saldo devedor — Procedimento da extinção das obrigações — Extinção das obrigações por acordo	
40. DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO	182
Introdução — Origem histórica dos embargos — Conceito, pressupostos — Procedimento dos embargos — Do favor debitoris — Matéria dos embargos — Efeitos dos embargos	
41. DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO ..	190
41.1. DA SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	190
Casos específicos — Outras hipóteses — Efeitos da suspensão	
41.2. DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	192
Extinção civil da obrigação — Sentença, apelação	

CAPÍTULO 5 - DA ORDEM DOS PROCESSOS E DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS.....	193
42. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	193
43. DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL.....	195
44. DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	199
45. DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. .	200
45.1. INTRODUÇÃO E ANTECEDENTES HISTÓRICOS DOS MODERNOS SISTEMAS DE CONTROLE JURISDICIONAL DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS	200
45.2. SISTEMAS MODERNOS DE CONTROLE JURISDICIONAL DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS	201
45.3. NATUREZA E EFEITOS DA DECLARAÇÃO	202
45.4. ASPECTOS PROCESSUAIS DA DECLARAÇÃO	202
46. DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA	204
47. DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA.....	206
47.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO E FUNDAMENTO FILOSÓFICO	206
47.2. OS DIVERSOS SISTEMAS LEGISLATIVOS SOBRE A HOMOLOGAÇÃO	211
47.3. DIREITO BRASILEIRO	213
47.4. NATUREZA JURÍDICA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA E DO PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO	215
47.5. CONDIÇÕES, PRESSUPOSTOS E ELEMENTOS DA HOMOLOGAÇÃO	218
47.6. O PROCEDIMENTO DA AÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO E CONCESSÃO DO EXEQUATUR.....	222
48. DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	223
48.1. CONCEITO E NATUREZA	223
48.2. PRESSUPOSTOS DA AÇÃO RESCISÓRIA	225
48.3. FUNDAMENTOS PARA A RESCISÃO	229
48.4. PROCEDIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	232
49. DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. .	234
50. DA RECLAMAÇÃO.....	237
CAPÍTULO 6 - DOS RECURSOS	239
51. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	239
51.1. CONCEITO E NATUREZA DOS RECURSOS	239
51.2. O SISTEMA RECURSAL DO CÓDIGO. ESBOÇO HISTÓRICO.	241
51.3. ESPÉCIES DE RECURSOS.....	245
51.4. DA ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS E SEUS PRESSUPOSTOS GERAIS	246
51.5. EFEITOS DOS RECURSOS.....	255
51.6. EXTINÇÃO ANÔMALA DAS VIAS RECURSAIS	256
51.7. RECURSO ADESIVO	257
51.8. OUTRAS NORMAS GERAIS SOBRE OS RECURSOS	260

CAPÍTULO 7 - DA APELAÇÃO	263
52. ASPECTOS GERAIS. CABIMENTO. EXTENSÃO.....	263
53. EFEITOS DA APELAÇÃO	266
54. PROCEDIMENTO DA APELAÇÃO	267
CAPÍTULO 8 - DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	269
55. CABIMENTO.....	269
56. REQUISITOS.....	272
57. PROCEDIMENTO E EFEITOS.....	272
CAPÍTULO 9 - DO AGRAVO DE INTERNO	275
58. CABIMENTO.....	275
59. PROCEDIMENTO	275
CAPÍTULO 10 - DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	277
60. CABIMENTO E PROCEDIMENTO	277
60.1. CABIMENTO.....	277
60.2. PROCEDIMENTO	278
CAPÍTULO 11 - DOS RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	281
61. DO RECURSO ORDINÁRIO	281
62. DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E DO RECURSO ESPECIAL.....	283
62.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	283
62.2. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL REPETITIVOS.....	291
62.3. DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	295
62.4. Dos Embargos de Divergência	296
63. SUCEDÂNEOS DOS RECURSOS.....	297
CAPÍTULO 12 - DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE LEIS EXTRAVAGANTES.....	299
64. AÇÕES DA LEI DO INQUILINATO (DESPEJO, REVISIONAL, RENOVATÓRIA, CONSIGNATÓRIA)	299
65. AÇÕES RELATIVAS AOS REGISTROS PÚBLICOS.....	312
66. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DECORRENTE DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.....	313
67. MANDADO DE SEGURANÇA	316
68. AÇÃO POPULAR	350
69. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO	352
70. DAS AÇÕES DA LEI DO DIVÓRCIO	355

71. DA AÇÃO DE ALIMENTOS	359
72. DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE.....	361
73. DA AÇÃO DE ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL	363
74. DO “HABEAS DATA”	366
75. DO MANDADO DE INJUNÇÃO	368
76. DAS AÇÕES COLETIVAS	372
77. DA ARBITRAGEM E DO PROCEDIMENTO ARBITRAL.....	374
78. DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	377
79. DO USUCAPÍÃO.....	381
BIBLIOGRAFIA	385